AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

NOVAS FORMAS DE INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR AO MERCADO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DANIELA OLIVEIRA; MÁRCIO ANTONIO MELLO;

PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM DESENVOLVIMENTO RURAL (PGDR/UFRGS)

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

danioliveira02@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

Novas formas de inserção da agricultura familiar ao mercado como estratégia de desenvolvimento rural

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

Resumo

Desde o final dos anos 1980 a natureza o desenvolvimento da agricultura brasileira tem sido objeto de um crescente debate. Constata-se que o processo histórico de modernização da agricultura não foi capaz de impulsionar o desenvolvimento rural e cuja conseqüência indesejável foi o elevado nível de exclusão social e, em muitos casos, a degradação ambiental. A homogeneização do padrão tecnológico que vem caracterizando o modelo da grande agroindústria cria, crescentemente, fortes barreiras à entrada e a inserção ao mercado da maioria dos agricultores familiares. Em contraposição a esse a esse modelo diversos autores têm elaborado perspectivas teórica e formulado propostas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar como indutora do desenvolvimento rural. Este artigo tem o objetivo de discutir e analisar a perspectiva teórica e as proposições de políticas públicas que permitam a agricultura familiar desenvolver iniciativas autônomas de verticalização da produção (mercados de nicho, produtos orgânicos e agroecológicos, artesanais e que apresentem atributos diferenciados de qualidades, etc.) e de estabelecer novas formas organizacionais de relacionamento e inserção ao mercado.

Introdução

A partir do final dos anos 1980 tem início no Brasil, através de alguns segmentos do pensamento acadêmico, dos movimentos sociais rurais, e de órgãos governamentais, a discussão sobre a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento para o meio rural, diferente do modelo produtivista, implantado a partir dos anos 60 pela política modernizante, no qual o espaço rural é visto unicamente como espaço para uma agricultura modernizada e integrada aos complexos agroindustriais. Vários são os fatores que levam a emergência do debate sobre um outro paradigma para o desenvolvimento rural no país, destacando-se entre eles: (a) a crescente percepção por parte destes segmentos acerca dos impactos ambientais provocados pela intensificação da agricultura; (b) a percepção sobre a manutenção das condições de pobreza de grande parte da população rural, mesmo diante da elevação do PIB agrícola do país; (c) a crescente elevação dos custos de produção e queda de preços reais dos produtos agrícolas; e (d) a acentuada redução das oportunidades de emprego no meio rural.

No entanto esta discussão não é unânime, sendo composta por diferentes perspectivas teóricas e propostas de intervenção. De forma geral pode-se afirmar que as cinco principais perspectivas teóricas que orientam a discussão no Brasil são: (a) a perspectiva defendida por Veiga (2001, 2001b) e Abramovay (2003), na qual as políticas de intervenção no meio rural devem estar centradas na diversificação das economias locais, através do favorecimento de sinergias entre a agricultura e os setores secundário e terciário das economias locais; (b) a perspectiva apresentada por Graziano da Silva e colaboradores (2001, 2004), na qual o novo modelo de desenvolvimento rural deve ser assentado na geração de empregos não-agrícolas no meio rural; (c) a proposta de Guanzirolli e colaboradores (2001, 2003) que se baseia na defesa de políticas agrícolas e agrárias específicas para o segmento da agricultura familiar; (d) a perspectiva apresentada por Navarro (1997, 1999, 2001, 2002), para o qual o desenvolvimento rural deve passar prioritariamente pela construção de processos de democracia e de participação popular no meio rural; (e) e por último a perspectiva teórica apresentada por Wilkinson (1997, 1999, 2000, 2003) na qual as estratégias de desenvolvimento rural devem ser baseadas na criação de novas condições para a inserção dos produtos, agrícolas e não agrícolas, e dos serviços oferecidos pela agricultura familiar, mas fora dos mercados tradicionais de *commodities* agrícolas.

Este artigo insere-se neste contexto de renovação do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Seu objetivo é examinar a perspectiva apresentada por John Wilkinson, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de novas condições para a inserção produtiva da agricultura familiar. Na primeira seção, discute-se a origem e a evolução do debate sobre o desenvolvimento e sobre o desenvolvimento rural. Na segunda, procura-se situar as análises teóricas desenvolvidas por John Wilkinson. Na terceira seção, analisa-se aquilo que o autor caracteriza como o processo de *reestruturação do sistema agroalimentar* a partir dos anos 1980. Aqui discutimos as mudanças no ambiente concorrencial no sistema agroalimentar do Mercosul e os impactos deste sobre a inserção produtiva da agricultura familiar. Na quarta seção discutimos, a partir da reestruturação do sistema agroalimentar, e do novo ambiente concorrencial, a questão central deste ensaio – as novas tendências e oportunidades para a inserção produtiva da agricultura familiar no Brasil. Na quinta e última seção são elaboradas algumas considerações sobre as idéias e propostas apresentadas neste ensaio.

1. O debate sobre o desenvolvimento e sobre o desenvolvimento rural

Nos últimos cinqüenta anos, foram dois os momentos nos quais a noção de desenvolvimento, e, por conseguinte de desenvolvimento rural, adquiriram um campo de

singularidade histórica, introduzindo-se como uma daquelas idéias-força que atraem generalizado interesse, sendo intensamente discutidas, orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas e esta noção (Navarro, 2001:1). Um primeiro período pode ser delimitado como aquele entre a Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 70, e o segundo momento o que inicia a partir de meados da década de 1990 e se estende até os dias atuais.

No primeiro período as estratégias de desenvolvimento caracterizaram-se pela presença do Estado nacional, e seus níveis sub-nacionais, como o agente principal de transformação da sociedade, e pelo estrito enfoque no crescimento econômico das nações. Este foi um período de impressionante expansão capitalista, definido por muitos como *anos dourados* (1950 a 1975). Durante os anos 1980, o estancamento da fase econômica expansionista, o forte clima de abertura econômica dos países e de desregulamentação dos mercados, e o crescente enfraquecimento do papel do Estado na condução eficaz das transformações da sociedade, retirariam o desenvolvimento, e o desenvolvimento rural, da cena de discussões.

Nos anos 1990 a idéia e as ações de desenvolvimento reaparecem no cenário acadêmico e político. Para Navarro (2001) neste segundo período, as perspectivas deslocaram-se do estrito enfoque no crescimento econômico para a necessidade de construção de um entendimento mais abrangente sobre desenvolvimento e sobre o desenvolvimento rural. Para Mior (2005:1) a principal mudança nas teorias sobre desenvolvimento rural neste período *foi o gradual reconhecimento, tanto nos planos acadêmicos quanto de políticas públicas, da necessidade de substituir os modelos exógenos até então dominantes*, que enfatizavam uma perspectiva estrutural-determinista, na qual as diretrizes para o desenvolvimento eram colocadas externamente às regiões e aos atores sociais locais. Para este autor:

> As teorias de desenvolvimento passaram a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado e com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitiram abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos (Mior, 2005:1).

Segundo Schimitt (2001), neste momento os diferentes padrões de desenvolvimento rural passam a ser vistos como resultado de uma combinação de efeitos da globalização e de localização, perspectiva que, a partir da autora, pode ser encontrada em autores como Van der Ploeg, Norman Long, Gaston Remmers[1].

A perspectiva da globalização tem por base a idéia de que é nas formas globais de dominação, e assim nas forças externas, aonde podemos encontrar os elementos capazes de explicar a dinâmica assumida pelas transformações que atingem a agricultura e o mundo rural contemporâneo. Na perspectiva da localização as análises da mudança do mundo

1 Mior (2005) cita também como referencias para entendimento desta perspectiva os trabalhos de Lowe et alli. (1995), Terry Marsden (2003) e Murdoch (2001). Além destes recomendamos os trabalhos de Frank Ellis (1998, 2000, 2001).
2 Para uma análise mais detalhada sobre a construção teórica do autor ver Wilkinson (1996a). Consultar também Wilkinson (1986, 1993, 1997, 1999, 2002).

rural passam a ser centradas nos atores sociais, e não somente nas forças externas, dando ênfase especial à re-localização e à diversidade das empresas agrícolas, como estratégia de reprodução econômica e social.

É neste contexto no qual as estratégias de desenvolvimento passam a ser analisada a partir de uma combinação de forças externas com a capacidade de mudanças dos atores sociais locais, que se insere a abordagem desenvolvida por John Wilkinson. No entanto uma análise do trabalho acadêmico do autor nos permite concluir que esta perspectiva não é encontrada nos seus trabalhos iniciais, nos quais o autor utilizava um enfoque fortemente estruturalista, baseado na análise das forças externas e da interferência do Estado.

É a partir de meados dos anos 1990 que Wilkinson passa a utilizar nos seus trabalhos referencias teóricos que lhe permitem compreender o desenvolvimento rural a partir da combinação de forças externas com a capacidade de construção de estratégias pelos atores e forças locais. Esta trajetória teórica do autor estará sendo abordada, de forma bastante breve, na próxima seção[2].

2. A evolução das análises de John Wilkinson

O trabalho acadêmico de John Wilkinson, desde a elaboração de sua tese de doutorado em 1985, até meados da década de 1990, foi dedicado ao estudo global da evolução histórica do sistema agroalimentar. Nestas análises, que tem sua raiz no campo da economia política marxista, o autor tem como objeto de estudo as relações que se estabelecem entre a agricultura e a indústria nas sociedades capitalistas, particularmente a internacionalização-globalização destas relações no contexto do moderno sistema agroalimentar.

A partir de 1990, diante de um reconhecimento de que os enfoques anteriores estavam sendo insuficientes para lidar com questões de inovação tecnológica no sistema agroalimentar, incorpora outras literaturas à sua análise. Segundo o autor a busca de novos referenciais surge a partir *do reconhecimento de que inovações organizacionais eram tão ou mais importantes quanto à tecnologia para entender a evolução do sistema agroalimenta*r (Wilkinson, 1996, p. 82). Desta forma, Wilkinson incorpora a sua análise à noção de *setores industriais tecnologicamente dominados por fornecedores*, desenvolvida por Pavitt (1984), além de algumas idéias da economia institucional e da escola regulacionista.

Diante de uma reflexão crítica sobre a pouca difusão das novas biotecnologias, devido principalmente à resistência dos consumidores aos alimentos transgênicos, Wilkinson busca explicar o papel da demanda na organização do sistema agroalimentar. Neste momento incorpora a abordagem das redes sociais, desenvolvida no âmbito da *sociologia econômica* (Granovetter, 1991 e 1992) associada com a noção de ator-rede da literatura da *sociologia da inovação e difusão* (Calon, 1986). Neste mesmo período, Wilkinson agrega as suas análises a *teoria francesa das convenções* e seu conceito central, *a noção de qualidade.*

A partir da segunda metade dos anos 90, diante das novas abordagens teóricas incorporadas à sua análise e do contexto de desregulamentação dos mercados e abertura econômica dos países do Mercosul, o autor passa a desenvolver uma série de trabalhos sobre os processos de *reestruturação do sistema agroalimentar*. Neste novo campo de análise desenvolve estudos sobre os novos padrões dominantes de competitividade e sobre as perspectivas para a produção familiar neste novo contexto, analisando também possíveis alternativas para a inserção produtiva deste segmento, baseadas principalmente na idéia de

construção social de uma nova noção de competitividade e de qualidade para os produtos da agricultura familiar (Wilkinson, 1996a, 1996b e 1996, 1997), idéias que estaremos explorando nas próximas seções.

3. Os impactos da reestruturação do sistema agroalimentar na agricultura familiar

Segundo Wilkinson (2003) a partir de 1980 o ambiente concorrencial do sistema agroalimentar passa por uma série de mudanças que impactaram fortemente as formas familiares de produção no meio rural.

A crise dos anos 80 e a percepção do esgotamento do modelo de substituição de importações levaram os países da América Latina a remodelarem o seu sistema de governança interna e externa, e a adotarem estratégias de crescimento via exportações. Neste processo o Estado retira-se da intervenção nos mercados, desmonta os serviços de extensão rural e elimina políticas ativas setoriais. Tais medidas vieram acompanhadas de uma menor proteção tarifária e uma maior abertura ao comércio internacional, acelerando o ritmo de importações de alimentos, o que modificou radicalmente a dinâmica de produtos agrícolas como trigo, algodão, arroz e milho.

Neste cenário de mudanças Wilkinson (2003) destaca também as mudanças estruturais internas, como a ocupação dos cerrados por atividades agrícolas, e a onda de FDI (foreign direct investment), que são investimentos de capital estrangeiros realizados diretamente no país através da instalação de indústrias ou da aquisição de firmas nacionais[3]. Esta onda de FDI levou a uma acelerada concentração no sistema de distribuição de alimentos, na forma de super e hipermercados, e a uma intensa transformação nos padrões de coordenação dos atores ao longo das cadeias.

> Com ritmos diferentes e dependendo das condições locais, a grande distribuição substitui os canais tradicionais de distribuição com a montagem de centrais próprias de distribuição (CD) por país ou região e também substitui fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados que atende as especificações de entrega, leque de produtos e qualidade (Wilkinson, 2003:69).

Para o autor essas transformações levaram a uma mudança significativa no ambiente concorrencial e nos padrões de competitividade do sistema agroalimentar do Mercosul, o que provocou uma intensa fragilização da participação dos pequenos produtores e de suas organizações tradicionais (cooperativas) no mercado. Neste novo contexto acentua-se a pressão por eficiência econômica nas unidades de produção familiares a partir da redução de custos de produção e da constante introdução de inovações tecnológicas[4].

No entanto Wilkinson (1997, 1999, 2001, 2002, 2003) discorda que a inserção produtiva da agricultura familiar deva ser baseada na busca de competitividade nos mercados tradicionais de *comodities* agrícolas, a partir da redução dos custos de produção e

3 O crescimento deste tipo de investimento estrangeiro no país foi possibilitado pela modificação na legislação brasileira sobre os níveis de capital estrangeiro em empresas nacionais, a partir dos anos 1990.

4 Para Gehlen (2001) a força da noção de competitividade como padrão a ser atingido, sustenta-se na experiência histórica, principalmente das cadeias agroindustriais, e na contribuição coletiva de pensadores, estando fortemente associada à noção de produtividade, imposta por agroindústrias, cooperativas e políticas públicas. Para o autor essas noções de competitividade e de produtividade foram construídas a partir da valorização da ética moderna do trabalho, da desqualificação do tradicional e da valorização do uso de tecnologias modernas, da busca constante de independização da atividade agrícola da natureza, e do progressivo atrelamento da produção agrícola as cadeias agroindustriais.

de constantes inovações tecnológicas. Nestes trabalhos o autor argumenta que a busca por eficiência econômica, na forma como esta está sendo colocada, gera a necessidade de especialização produtiva contínua, e assim de redução permanente na diversidade dos sistemas de produção da agricultura familiar, elemento que considera fundamental para a reprodução econômica e social deste segmento[5].

Para o autor as alternativas para a agricultura familiar, diante deste novo contexto, devem ser baseadas na elaboração de uma nova noção de competitividade para os produtos e serviços oferecidos por este segmento, que vá além da estrita noção de eficiência no uso dos fatores de produção. Assim propõe um argumento mais sócio-econômico que leve em conta uma noção de competitividade estabelecida a partir de custos econômicos, sociais, ecológicos, políticos e culturais.

4. As novas oportunidades para a agricultura familiar

A partir de Wilkinson (1996, 1997, 1998, 1999a,1999b, 2000a, 2000b, 2002, 2003) podemos identificar três tendências decisivas para a agricultura familiar durante a década de 90. Uma primeira, conforme discutido na seção anterior, refere-se à ameaça de exclusão devido à reorganização dos mercados de *commodities*, estratégia que exige uma especialização cada vez maior, até o ponto no qual a agricultura familiar perde elementos de diversidade que são fundamentais para a sua reprodução social.

Uma segunda tendência refere-se ao surgimento de novas oportunidades de mercados para a agricultura familiar, seja para produtos agrícolas e não agrícolas, assim como para serviços oferecidos por esta. Aqui podemos citar os mercados de nichos para produtos que se diferenciam por aquilo que o autor chama de *deseconomia de escala* e por valorizar elementos da diversidade social e ambiental, o mercado de produtos orgânicos, os mercados informais, e as novas redes de comercialização formadas a partir da extensão das relações de proximidade e parentesco.

Uma terceira tendência para a agricultura familiar, encontra-se nas pressões da sociedade civil em relação aos efeitos ambientais adversos provocados pela agricultura intensiva, que têm gerado processos de *desintensificação da agricultura*, principalmente em áreas rurais da Europa, dos EUA e na América Latina, que por sua vez favorecem modelos produtivos baseados na agricultura familiar e na redução do uso de insumos industriais na produção agrícola.

Estas tendências atuais e as novas oportunidades apresentadas por Wilkinson estão de acordo com as idéias de Marsden (1992) sobre o sistema pós-fordista de produção e as modificações no espaço rural que este proporciona. O argumento central deste autor é que o sistema fordista, entendido enquanto um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na produção, no consumo de massas e na intervenção reguladora do Estado na esfera econômica, encontra-se em refluxo, senão em efetivo colapso. Para este autor a emergência, a partir do final dos anos 70, de novas formas de organização econômica, expressa a transição para uma nova fase ou uma nova ordem capitalista.

Este processo permite novas formas de regulação social e política que emergem, em nível local, nacional e internacional. No caso da agricultura, trata-se de explorar as novas configurações assumidas pelo espaço rural devido aos processos de flexibilização e descentralização industrial, a maior segmentação do mercado de consumo, e o surgimento de novas formas de organização do setor de serviços, que, associados ao refluxo das políticas de apoio à produção agrícola, têm gerado processos heterogêneos de mercantilização e diversificação do espaço rural. *Este não pode mais, neste contexto ser*

5 Sobre a diversidade como elemento central nas estratégias de reprodução social, ver Ploeg (1992 e 1994).

definido apenas em termos de suas relações de produção ou outros elementos (particularmente o uso da terra). Ao invés disso, surge uma ampla gama de combinações potenciais de relações de produção e consumo, geradas externamente, e que passam a conferir valor a diferentes dimensões do espaço rural (Marsden, 1992, p 218).

Para o autor este enfoque traz avanços significativos no que diz respeito à valorização da dimensão local, em sua heterogeneidade e diversidade e assim novas possibilidades de dinamização das economias locais. Este processo possibilita a valorização da qualidade de vida, a emergência de novos hábitos de consumo, e a valorização econômica do espaço rural, que supera sua dimensão puramente agrícola, onde a paisagem, os valores sociais e culturais passam a ser consumidos.

Para Wilkinson (1998, 1999, 2001, 2003) é neste novo quadro, e nas novas possibilidades que ele oferece, aonde deve ser desenvolvida uma nova noção de competitividade para a agricultura familiar. Segundo o autor, para que a agricultura familiar possa competir, seja através da produção de *commodities*, ou de outros produtos e serviços, ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção, o que deve ser construído a partir (a) de inovações organizacionais de ação coletiva, (b) da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas com baixa utilização de insumos adquiridos no mercado, (c) do desenvolvimento de alternativas às formas tradicionais de inserção nos mercados, (d) e associado a este último, das estratégias agroindustrialização da produção agrícola, o que exige novos conhecimentos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos. A seguir estaremos analisando de forma mais detalhada algumas destas propostas.

4.1. Os novos e os velhos mercados

Segundo Wilkinson (1998), podemos identificar pelo menos três formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (formal e informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria; e compras por parte do poder público. O atravessador vem crescentemente sendo substituído pelo supermercado, que ao colocar novas exigências torna este tipo de mercado cada vez menos viável à produção familiar. A agroindústria também vem exigindo patamares cada vez mais altos de qualidade e volume, e restringindo o número de produtores, a fim de melhorar a eficiência econômica a partir da logística[6]. Como uma parte das compras do governo federal vem sendo transferida para o poder público local, este mercado, juntamente com o mercado local, formal e informal, com os nichos de mercado, com os mercados de orgânicos ou agroecológicos (feiras, pequenos supermercados, entrepostos, etc), e as novas organizações para consumo, devem ser considerados como estratégicos para a agricultura familiar.

Se em tempos anteriores as questões que se colocavam a respeito do mercado referiam-se a remuneração da atividade agrícola pelas agroindústrias e à exploração dos atravessadores, neste momento o fundamental é entender como funcionam os mercados, quais as condições de acesso aos mercados, quais são as barreiras à entrada nos distintos mercados, quais são as formas de institucionalização desses distintos tipos de mercados, como é possível ou não criar novos mercados. Para o autor, a redescoberta do mercado local e informal e toda uma série de aspectos relacionados a ele têm que ser o objeto de análise para avançarmos na capacidade de reinserir a produção familiar nos mercados em rápida transformação no Brasil (Wilkinson, 1998). Para estas análises o autor propõe os

6 Embora a produtividade agrícola não pareça se modificar, a logística, particularmente transporte e planejamento, pode muito bem se beneficiar de uma maior concentração das atividades produtivas (Wilkinson 1997:29).

referenciais da nova sociologia econômica, da sociologia da inovação e da teoria das convenções.

A nova sociologia econômica é identificada com os trabalhos de M.Granoveter a partir dos anos 1970. Este enfoque tem como ambição, e proposta metodológica, o estudo dos mercados vistos como extrapolação de redes sociais, situando-se desta forma na tradição sociológica mais ampla de construtivismo social. A *novidade da sociologia econômica é o seu projeto de explicar o funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais (*Wilkinson, 2002, p.808).

Granovetter desenvolveu a sua noção de redes sociais através de uma pesquisa sobre o mercado de emprego nos EUA, quando identificou que 56% dos entrevistados tinham conseguido empregos através de contatos pessoais. Neste estudo concluiu que o que caracterizava a busca de emprego através de meios formais é a falta de inserção em redes sociais. *Este estudo de Granovetter é um caso clássico do embeddedness da ação econômica em redes sociais, demonstrando como estas influenciam o modo de funcionamento dos mercados* (Wilkinson, 2002, p.812).

Além desta preocupação com a relação entre redes sociais e o surgimento de distintos tipos de mercados, Granovetter desenvolve a noção de *construção social dos mercados*, onde o tipo de rede social é correlacionado com a forma de funcionamento do mercado. A partir destes referenciais, Wilkinson (2002) propõe examinarmos como ocorre à criação de uma *commodity*, recorrendo também a uma serie de estudos de Lawrence Busch. A partir do estudo sobre o mercado de morangos em Paris, Busch mostra como essa construção social se apresenta também em grandes cadeias como a soja, canola, e sementes[7].

> *Para Busch, duas questões são centrais. Em primeiro lugar, a criação de uma commodity representa um processo em que um padrão de referência surge para substituir a multiplicidade de produtos e processos em cada etapa da cadeia. Assim, certos valores, que talvez representem apenas os interesses setoriais de alguns autores, e não o resultado de um consenso mais amplamente negociado, são selecionados e transformados em standards e normas técnicas. Em seguida essas normas são universalizadas, provocando uma estandardização que atinge não apenas os produtos e os processos, mas também os atores (Wilkinson, 2002, p.823).*

Na perspectiva da construção social dos mercados, o foro de debate em torno da seleção de novos *standars* e a posterior universalização destes *standars* é o *lócus* privilegiado de negociação de interesses e de valores. Para o autor, a possibilidade de reconhecimento de novos padrões de produção e de qualidade, associado ao artesanal, ao familiar e a valores ambientais, e a veiculação destes valores nos produtos, através de selos de garantia, é um excelente instrumento para a *construção social* de novos mercados para a agricultura familiar.

Aliado a isso, devemos considerar que o momento atual é também bastante propício para a negociação de um conjunto heterogêneo de sistemas coerentes de valores, devido a mudanças no sistema agroalimentar, que vêm ocorrendo desde meados dos anos 1970, quando os sistemas de produção orientados pela oferta passam a ser orientados cada vez mais pela demanda, levando a substituição do critério de quantidade/preço pela qualidade e estratégia de marketing, como base da concorrência.

Isto pode ser verificado em dois fatos ocorridos durante os anos 90. Em primeiro a mobilização, principalmente na Europa, Brasil e Índia, por parte dos consumidores contra

7 Esse estudo se tornou um clássico na literatura sobre a construção social dos mercados.

os alimentos transgênicos, introduzidos no sistema agroalimentar pelas empresas produtoras de sementes e agroquímicos através de uma estratégia de *supply-push* (pressão pela oferta). Outro fato é a explosão da procura por alimentos orgânicos, *fortemente a margem do sistema agroalimentar dominante, e ao qual os atores líderes foram forçados a adaptar-se (WILKINSON, 2000:260).* Propõe dessa forma uma reflexão sobre o quanto à demanda e a presença de novos valores nas redes sociais, nas quais os consumidores estão inseridos, podem impactar os sistemas agroalimentares.

Utilizando o exemplo de uma pesquisa sobre orgânicos na Noruega, Wilkinson (2000) demonstra que, mesmo nas sociedades mais avançadas, os efeitos de inserção em redes sociais, e da influência dos valores presentes nestas redes, tende a predominar em relação às crenças individuais. Os grupos de produtores e consumidores concebem novas convenções de qualidade baseadas em valores dos mundos cívicos e domésticos de produção[8]. *A produção de orgânicos e o avanço de denominações de qualidade específicas (geográfica, artesanal, indígena, ecológica, social) são evidências da importância desta tendência, assim como a rejeição aos transgênicos* (2000:275), sendo a qualidade o denominador comum em cada um destes mundos.

4.2. Uma nova noção de qualidade

Para o autor, dentro da perspectiva da construção social de mercados, é preciso transformar processos e produtos locais que criam mercados como extensões e desdobramentos de redes sociais locais, baseadas em relações de proximidade, em produtos e processos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo em face de consumidores desconhecidos**.** Para Wilkinson (2000) esta ampliação das redes sociais, e assim do alcance dos mercados, deve passar (a) pela padronização da qualidade dos produtos, de acordo com os padrões tradicionais, onde os valores dos produtos tradicionais são cristalizados em normas técnicas, e (b) pelo o reconhecimento de uma qualidade específica através da certificação que *ancora valores em forma de produção e de vida e não apenas na qualidade impessoal do produto* (idem, p. 28). Desta forma as qualidades especiais, *ou padrões de qualidade*, presentes nos produtos nos de mercados de proximidade podem ser "transportadas" para concorrer em mercados extra-regionais, nacionais, e até globais, independente do acompanhamento da rede social de origem.

Baseado na teoria francesa das convenções, Wilkinson (1999) desenvolve uma série de argumentos que mostram o espaço e as possibilidades de construção de novas noções de qualidade, e novos *standers*, e ao mesmo tempo assegurar condições de saúde e segurança aos consumidores.

Em primeiro lugar o autor desenvolve uma crítica sobre a noção de qualidade presente no mundo industrial afirmando que nas noções de eficiência e qualidade construídas *no período pós-guerra à coordenação "industrial" tendeu a predominar, projetando-se como justificação de toda atividade econômica através das noções de progresso técnico, economias de escala, trabalho qualificado e adesão rigorosa aos padrões universais.* (1999, p.74).

---

8 Para Wilkinson (1999) o mérito da teoria das convenções é a introdução desta noção de diferentes mundos de justificação nos processos de coordenação econômica. Faz-se uso da noção agostiniana de "cidade" para descrever o surgimento histórico de diferentes formas de bem-estar comum legítimo, também conhecido como grandeurs ou "mundos". Seis desses mundos coerentes são identificados: (a) o inspirado (baseado em Santo Agostinho); (b) o da opinião (o Leviatã de Hobbes); (c) o doméstico (vários); (d) o industrial (Saint-Simon); (e) o do mercado (Smith); (f) o cívico (o Contrato Social de Rosseau) (1999, p 67).

Mais a frente reforça que o enfraquecimento do sistema Fordista, possibilitou a re-emergência, de outros padrões de qualidade ofuscados por este, citando os estudos realizados pelo INRA nos anos 90, nos quais foi verificado a existência de uma pluralidade de formas *de coordenação econômica* que envolve processos específicos de qualificação e justificação, presentes na questão dos agroalimentos.

Assim uma nova economia da qualidade deve ser capaz de estimular padrões de coordenação correspondentes a esta pluralidade de formas de coordenação, o que a partir da teoria das convenções é considerado como *diversidade de mundos legítimos.* Para os autores da teoria das convenções torna-se prioritário o trabalho sobre marcas e rotulagem, uma vez que o vêem como uma exemplificação chave do compromisso entre a coordenação econômica pelo mercado e outras formas de coordenação econômica. Para estes o primeiro estágio da organização do mercado é o investimento em referencias comuns, como medidas e padrões, a fim de assegurar a equivalência dos produtos trocados. Num segundo estágio ocorre a diferenciação via rótulos e marcas. Neste estágio, *ao deslocar a concorrência para fatores extra-preço, outros elementos de coordenação são acionados* (Wilkinson, 1999:75). Através da valorização destes outros *elementos de coordenação*, ou seja, de novos *padrões de qualidade*, uma nova noção de competitividade para a agricultura familiar pode ser estabelecida.

Entre as estratégias para atribuir padrões de qualidade superior aos produtos da agricultura familiar, Wilkinson (2003) cita o modelo francês de construção de *appéllations de origine* (denominação de origem). No entanto faz algumas ressalvas a aplicação desta proposta no Brasil.

> *Em primeiro lugar, a consolidação de uma legislação mais restritiva de indicação geográfica no âmbito da OMC pode dificultar a generalização daquela estratégia, sobretudo para produtos destinados a mercados externos. Segundo, os mecanismos de implementação e fiscalização de um sistema de denominação de origem são muito mais frágeis na maioria dos países da América latina, o que sugere que a construção de reputação a partir de marcas e labelling seria, provavelmente, um caminho mais trilhado do que a atribuição e defesa de direitos de propriedade coletiva demarcados territorialmente.* (Wilkinson, 2003. p.75).

Desta forma para o Brasil, o autor acredita, que mais importante são as associações positivas dos produtos da agricultura familiar com valores de comida caseira e alimentos saudáveis, combinando o artesanal com conteúdos ambientais e sociais. No entanto Wilkinson em vários momentos chama atenção para a necessidade de garantia de outros *padrões de coordenação*, que não somente aqueles relacionados ao *mundo industrial* e ao *mundo do mercado*, na construção de novas noções de qualidade para os produtos da agricultura familiar.

O caso da regulamentação de orgânicos no Brasil é bastante representativo das disputas que podem ocorrer, entre diferentes sistemas de valores, ou *padrões de coordenação*, na construção de normas de produção e na veiculação de novas noções de qualidade para os produtos da agricultura familiar. O Box 1 é ilustrativo neste sentido.

Box 1. A produção e o reconhecimento da qualidade de alimentos orgânicos: exemplo de luta por uma nova noção de qualidade.

O desenvolvimento de práticas alternativas na agricultura teve início na Europa, a partir de 1920, a partir de quatro principais vertentes (agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura

biológica e agricultura natural), que buscavam, de forma geral, desenvolver um tipo de agricultura mais sustentável ambientalmente e socialmente.

No Brasil, semelhante a outros países de baixa renda, agricultores experimentadores vêm elaborando práticas de produção orgânica associadas à construção de novos canais de comercialização, e ao estabelecimento de novos padrões de qualidade. Nos primeiros anos, e ainda hoje em muitas situações, as iniciativas de comercialização e reconhecimento de qualidade funcionavam a partir do contato direto entre produtores e consumidores em feiras, cooperativas de consumidores e em entregas a domicílio, não havendo necessidade da averiguação da qualidade dos produtos por uma terceira parte (certificação dos produtos). Nesse sistema, a garantia é passada diretamente do produtor ao consumidor na forma de relacionamentos inter-pessoais, normalmente caracterizados pela tendência de longo prazo e pela manutenção da reputação dos produtores e de organizações de assessoria privadas ou governamentais.

Assim, são criadas em várias regiões do Brasil, redes de produção, comercialização e geração de credibilidade dos alimentos orgânicos, envolvendo agricultores, consumidores e profissionais das ciências naturais e agrárias, que avalizam este sistema de produção de alimentos. Nestas redes todos são responsáveis, associativamente, pela qualidade do alimento.

No início dos anos 90, a consolidação de diversas iniciativas de produção e comercialização, a pressão da comunidade européia e outros países importadores (EUA, Japão) de produtos orgânicos do Brasil, principalmente cacau e açúcar, além da pressão das empresas certificadoras, desencadearam o início do processo de regulamentação da produção e da certificação da agricultura orgânica no Brasil, Ou seja, se inicialmente a comercialização de produtos orgânicos se dá em circuitos curtos em que a proximidade entre produtores e consumidores permite que se estabeleçam relações de confiança, com a expansão geográfica dos circuitos de comercialização, manifesta-se a necessidade de mecanismos formais de garantia da qualidade da produção. Nesses casos, a certificação é utilizada como instrumento para que os consumidores saibam distinguir entre o produto diferenciado, que respeita os padrões de produção orgânica, e aquele originado dos sistemas convencionais de produção.

Assim, a necessidade da regulamentação para os alimentos orgânicos/agroecológicos, e de certificação, decorreu do natural distanciamento entre agricultores e consumidores, com o crescimento do mercado anônimo (grandes redes de fornecimento), num contexto de mistura de produtos na prateleira dos supermercados, mercados e quitandas (venda a granel). Nesta situação, os consumidores se encontram diante de um sistema de garantia indireta, à medida que o elemento responsável pela transmissão de confiança é um organismo certificador, e não mais os produtores. Aqui o reconhecimento do alimento orgânico ocorre através do estabelecimento de um selo de garantia de qualidade.

Um dos componentes mais polêmicos da construção do marco regulatório da produção de orgânicos/agroecológicos no Brasil é a discussão dos sistemas de garantia da qualidade da produção orgânica/agroecológica existentes e seu encaixe no referido marco. Um *Sistema de Garantia da Qualidade* é o resultado da aplicação objetiva de técnicas de avaliação da conformidade e de mecanismos de conformidade social visando verificar o cumprimento dos requisitos de diferentes produtos de qualidade diferenciada (orgânicos, de território, etc.).

No Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, a pressão dos interesses ligados à exportação dos produtos orgânicos encontrou resistência por parte de grupos e organizações ligadas a agricultura familiar, que questionavam a adequação do modelo de certificação exigida pelos países importadores às condições brasileiras, em especial às condições da agricultura familiar e dos mercados locais.

Assim, organizações de produtores e técnicos articularam-se a fim de evitar que o sistema de garantia de qualidade a ser construído no Brasil exclua os agricultores familiares, como em geral ocorre com os processos de regulamentação da produção e comércio de alimentos, e também para assegurar que os sistemas de geração de credibilidade de orgânicos, que vêm historicamente sendo construídos com base em redes de produção e comercialização de alimentos, sejam reconhecidos pela legislação, através da denominação *Certificação Participativa.*

Esse movimento teve início na Região Sul do Brasil, no âmbito da *Rede Ecovida de Agroecologia*, disseminando-se pela Região Norte, onde é criada a *Associação de Certificação Sócio-Participativa*, e pela região Centro-Oeste, com a *Articulação de Certificação Participativa da Rede Cerrado*. Nesse sistema, produtores, assessores técnicos e consumidores estabelecem um esquema de confiança no qual cada produtor, técnico e, algumas vezes, consumidores envolvidos atestam solidariamente a responsabilidade do outro sobre a qualidade do produto. Neste sistema de certificação participativa o produto traz consigo componentes da visão de mundo assumida pela Rede Ecovida e tem como um de seus princípios: "Trabalhar na construção do comércio justo e solidário", estabelecendo como um de seus objetivos: "Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores".

Fonte: Medaets J.P. & Fonseca M.F. de A.C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília / 2005.. **NEAD Estudos 8.**

4.3. O mercado informal

Wilkinson e Mior (1999) apontam o mercado informal de vários produtos[9] de consumo popular como um espaço potencial para os produtos da agricultura familiar.

Segundo estes autores, se para alguns o setor informal, setor este que envolve muitos produtores, tanto no setor primário quanto na fase de industrialização, é identificado com a pobreza, com a sonegação, e com esforços para burlar leis e regulamentações ferindo os direitos do trabalhador/consumidor/cidadão, para outros autores é visto como uma reação criativa à burocracia estatal e à inadequação na provisão de serviços tanto públicos como privados. Desta forma chamam a atenção para a forte convergência entre os pequenos e médios empreendimentos e o setor informal e para o fato de que a maioria de mercados de relevância para a agricultura familiar é conquistada por distintos processos de fidelização, com base na identificação dos produtos e dos processos produtivos com características específicas.

> *A partir da ótica de Granovetter, podemos analisar a existência destes mercados não como um simples reflexo da pobreza ou da baixa conscientização do consumidor, embora ambos os elementos existam. Pelo contrário estes elementos podem ser vistos, fundamentalmente, como o prolongamento de relações familiares, ou, diretamente, como consumidores ou como canais de comercialização* (Wilkinson, 2002, p.814).

A produção informal, nas diferentes etapas, seja na produção agrícola, no processamento ou na comercialização, trata-se de um mundo de produção e consumo que combina produção própria, venda entre vizinhos, e colocação de produtos em diversos pontos de vendas nas pequenas cidades e na periferia das cidades de porte médio, o que em sua grande maioria das vezes ocorre baseado no prolongamento de laços pessoais e relações de parentesco.

Como os produtos produzidos e comercializados a partir do setor informal são aceitos e apreciados pelos consumidores, os autores argumentam que no caso de regulação da fabricação e do comércio esta deve privilegiar a manutenção deste mercado para a agricultura familiar. Para isto novos critérios de qualidade, ou *padrões de coordenação*, que possibilite segurança aos consumidores, mas sem a exclusão da agricultura familiar, devem ser negociados.

9 O setor informal é definido pelos autores como uma atividade que não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento no setor que opera (Wilkinson e Mior, 1999).

Historicamente a legislação referente a normas e procedimentos para fabricação, armazenagem e comercialização de alimentos no Brasil vêm sendo construída baseada em critérios negociados entre o Estado e os diferentes atores inseridos nas diferentes cadeias, mas com claros privilégios aos valores, ou aos *padrões de coordenação*, referentes ao setor industrial. Desta forma os critérios técnicos, referentes às instalações e aos procedimentos de fabricação, têm claramente excluído a produção familiar. Conforme Wilkinson e Mior (1999, p.4):

> Hoje, a regulamentação dos mercados se constituiu num terreno privilegiado de definição de interesses entre os distintos atores, tanto na produção como no consumo. A negociação em torno das regras e normas do mercado não se reduz a critérios neutros de eficiência e/ou interesses públicos de saúde e higiene. Acima de tudo trata-se de uma negociação fundamental sobre o que deve ser incluído no âmbito do mercado, e em segundo lugar, sobre os valores que devem regular estes mercados, sobretudo a respeito dos tipos de produtores e consumidores que devem ser incluídos.

Assim num processo de regulamentação do mercado informal para que este seja mantido para a agricultura familiar é preciso o estabelecimento de novos padrões de produção e qualidade, que não podem refletir somente os valores do sistema industrial, mas devem incorporar diversos sistemas de valores, que favorecem os produtos artesanais, orgânicos e da agricultura familiar. Apesar das *tensões mais importantes na regulamentação das cadeias agroalimentares decorrem do conflito entre os princípios dos mundos industriais e artesanais* (Wilkinson, 2002, p.824), não devemos esquecer que uma importante característica da atualidade, é a de ser um momento propício para a aceitação de novos critérios de valores junto ao consumo de alimentos. Para os autores:

> *À medida que o setor informal de confunde com a pequena e média agroindústria, pensamos que o lema deveria ser "o setor informal é nosso" ou melhor "pela regulamentação do setor informal a favor da pequena agroindústria" (...)* (Wilkinson e Mior, 1999, p.33).

4.4. As estratégias baseadas nas *commodities* tradicionais:

Como já apresentado anteriormente, Wilkinson não descarta a produção de *commodities* como forma de inserção econômica da agricultura familiar. No entanto chama atenção para a necessidade de geração de novos elementos de competitividade na produção de *commodities*, e o caso do leite é um bom exemplo de análise.

Para grande parte da agricultura familiar no sul do Brasil nos dias de hoje, as rendas obtidas através da produção de leite tem servido para manter a viabilidade da agricultura familiar. Ao que tudo indica, sobretudo com o arrefecimento do crescimento do consumo de leite, as agroindústrias estão caminhando a passos largos para um processo que prioriza a integração com médios e grandes produtores tecnificados e especializados. Assim a consolidação competitiva da produção leiteira é fundamental para a produção familiar.

Neste contexto torna-se necessário um forte processo de *reconversão*, de pequenos e médios produtores, com o desenvolvimento de novas bacias leiteiras, utilizando os recursos já disponíveis a este segmento produtivo, o que não implica em grades rupturas tecnológicas ou organizacionais. *A reconversão constitui um elemento permanente de viabilidade em longo prazo e de adaptabilidade a mudanças produtivas e nas estruturas de consumo* (WILKINSON, 1997, p.42).

Em algumas regiões processos de *reconversão* espontânea já estão em andamento há mais ou menos 15 anos, sendo caracterizados pela (a) produção não especializada; (b) pelo resgate e manutenção da diversidade produtiva das unidades familiares de produção, principalmente através revalorização da produção de subsistência; e (c) pela redução do uso de insumos adquiridos no mercado. Aqui a aproximação da produção com o potencial dos recursos naturais favorece melhores condições de competitividade, gerando modelos tecnológicos, que se por um lado produzem menos, por outro são mais autônomos e de mais baixo custo. Na visão de Wilkinson (1998) o desenvolvimento de pacotes tecnológicos de melhorias para este tipo de modelo, a revalorização da diversidade de atividades produtivas, agrícolas ou não agrícolas, e a verticalização da produção, podem formar, em conjunto, alternativas viáveis para a agricultura familiar em várias regiões do Brasil, a partir de produtos tradicionais, como milho, trigo e soja.

Novas estratégias para as *commodities* tradicionais também passam pela busca de novos padrões de competitividade pelas organizações tradicionais da agricultura familiar, como as cooperativas. Dados sobre a reestruturação do sistema agroalimentar mostram que muitas destas organizações foram adquiridas por transnacionais, por não terem apresentado competitividade diante dos padrões de uma economia em processo de abertura e desregulamentação dos mercados. Desta forma a valorização das economias de escopo, juntamente com a oferta de produtos, *in natura* ou processados, produzidos com menor uso de insumos industriais deve orientar estas organizações.

4.5. A verticalização da produção

Para Wilkinson (1998, 2003) a verticalização da produção é entendida como a reincorporação pelas famílias de agricultores, ou por um conjunto delas, das diferentes fases que constituem a cadeia de produção e consumo de alimentos. Desta forma (a) a utilização de práticas produtivas menos dependentes da indústria a montante da agricultura, (b) a re-apropriação das etapas de beneficiamento e processamento da produção pelas famílias e a (c) comercialização da produção em circuitos nos quais os agricultores tenham maior poder de gestão, fazem parte de um processo de verticalização da produção. Neste item discutimos o processo que o autor denomina como *agroindustrialização pela agricultura familiar*[10].

A prática de produzir, transformar e comercializar os produtos pelas famílias de agricultores foi bastante comum em muitas regiões rurais do país. Esta agroindustrialização pela agricultura familiar passou por um processo de desarticulação, a partir da segunda metade do século XX, devido à centralização da fabricação e comercialização de alimentos, primeiro por firmas nacionais e mais recentemente por transnacionais, e à regulamentação da fabricação, transporte e comercialização de alimentos no país que, conforme discutido anteriormente, foi estabelecida a partir de critérios e padrões de qualidade que privilegiaram padrões de coordenação estabelecidos pelo setor industrial.

No entanto esta prática ainda permanece no meio rural, tanto para o consumo das famílias quanto para a comercialização, principalmente nos pequenos e médios municípios através de vendas diretas, em feiras e pequenos varejos. Na maioria das vezes estas atividades pertencem ao setor informal e é realizada em estruturas e com equipamentos pouquíssimos sofisticados em termos de tecnologia..

A partir dos anos 1990 esta prática passou a ser crescentemente revalorizada, tanto por parte dos agricultores, quanto das políticas públicas. Desde então diversos programas governamentais vêm estimulando a implantação de agroindustriais familiares no meio rural, e também a regulamentação desta atividade naqueles casos em que ocorre de maneira informal[11].

Apesar da implantação de políticas públicas por parte de alguns setores governamentais, até o presente momento o Estato, têm apresentado dificuldades em acompanhar a criatividade e a capacidade de reinventar formas de geração de renda que têm sido criadas pelas populações rurais. No que refere-se as atividades de processamento (agroindústrias) isto fica bastante claro. Ao mesmo tempo em que surgem várias experiências de agroindústrialização caseira, artezanal ou de pequeno porte no meio rural, estas enfrentam dificuldades no que se refere a inadequação da legislação para os objetivos e condições das famílias rurais e também ao acesso de informações referentes a legislação.

Um exemplo de agroindustrialização como alternativa de inserção produtiva de famílias de agricultores, assim como as dificuldades encontradas pelas famílias para a

10 Várias outras denominações têm surgido no Brasil para caracterizar esta estratégia, como Agroindústria Familiar de Pequeno Porte, ou Agroindustrialização Artesanal, não estando muito claro os critérios que as diferenciam.

11 Wilkinson (1998, 2003) cita como o projeto mais ambicioso nesse sentido, que tentou atingir não apenas a agricultura familiar, mas o segmento mais desfavorecido da produção familiar, o projeto PROVE em Brasília. Outros exemplos de políticas públicas são o programa de Agroindústria Familiar, implantado no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002, e mais recentemente o Programa de Agrondustrialização da Produção Familiar, implantado pelo Ministério do desenvolvimento Agrário em nível nacional.

consolidação desta proposta é o caso apresentado no Box 2 e que relata a experiência da Associação de Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado/RS (AECIA).

Box 2: Produção de suco de uva orgânico na Serra do RS: um caso de inovação tecnológica

No início dos anos 1980, famílias de agricultores dos municípios de Ipê e Antônio Prado passaram a experimentar práticas alternativas de produção de alimentos. Neste momento, associado à produção as famílias organizaram-se em associações e a partir destas passaram a comercializar alimentos, em feiras de alimentos orgânicos nos municípios da região e também em Porto Alegre.

À medida que as técnicas de produção orgânica foram se consolidando, novas áreas eram incluídas nos processos de transição agroecológica, aumentando a produção e a necessidade de canais de escoamento da produção. A uva, um dos principais produtos agrícolas da região, foi também um dos primeiros cultivos a ser inseridos nos processos de conversão, resultando em grandes volumes de produção logo nos primeiros anos.

Como os mercados de orgânicos existentes até o momento para escoamento da uva *in natura* não eram suficientes duas alternativas eram possíveis: ou as famílias vendiam a produção para as empresas e cooperativas vinícolas da região, sem o reconhecimento da qualidade de produto orgânico, ou passavam a industrializá-la na forma de sucos, vinho, doces, etc. Algumas famílias optaram pela segunda alternativa. No entanto uma série de dificuldades foram sendo encontradas por estas famílias, como o alto custo dos equipamentos para processamento da uva, que na época eram dimensionados apenas para grandes produções, associado a inexistência de crédito, naquela época, para a agroindustrialização de alimentos orgânicos pela agricultura familiar.

Assim surge a iniciativa de uma família em produzir suco de uva a partir de um equipamento que havia sido desenvolvido por um parente proprietário de uma funilaria, e que produzia entorno de 5 litros de suco em cada etapa de produção. Produziram no primeiro ano 200 litros de suco, comercializado em feiras. No ano seguinte, em função da aceitação do produto, a associação da qual a família era sócia resolveu investir na industrialização da uva. Novos equipamentos foram produzidos na funilaria do mesmo parente, mas desta vez para 20 e 80 litros de suco por etapa.

À medida que a produção de uva e de suco ampliou-se, nestas e em outras famílias, surge a necessidade de abrir novos canais de comercialização além das feiras locais. Para isto a produção de suco precisava deixar de ser informal e ser regularizada. No entanto não era possível regularizar a produção, pois o equipamento desenvolvido pelas famílias não era reconhecido como método de fabricação pelo Ministério da Agricultura, órgão responsável pela regulamentação de bebidas no país. Assim as famílias iniciaram a fase de reconhecimento do equipamento junto ao MAPA. Foi um processo burocrático bastante longo que culminou com uma reunião em Porto Alegre, na qual estavam presentes técnicos e agricultores ecologistas, e técnicos do Ministério da Agricultura. A partir deste processo o equipamento e o método foram reconhecidos pelo MAPA, passando a ser denominado *Método Vapor de Arraste.*

Atualmente esta associação (AECIA – Associação de Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado/RS, formada por 25 famílias), possui cinco unidades de produção de suco registradas no Ministério da Agricultura, e comercializa suco de uva, e de outras frutas, para todos os estados do país. No ano de 2004/2005 foram produzidos 200.000 litros de suco pela AECIA. Além destas, outras 15 agroindústrias de alimentos ecológicos na região utilizam este método de fabricação, além de famílias não ecologistas da região e de outras regiões do estado e de fora do RS.

O equipamento é produzido atualmente pela maioria das indústrias de equipamentos para de alimentos da região da serra do RS, sendo comercializado por varejistas em vários estados do país.

Fonte: http: www.aecia.com.br

5. Considerações Finais

Duas considerações precisam ser feitas a respeitos das concepções e propostas apresentadas pelo autor. Uma primeira refere-se ao fato de que as novas estratégias devem ser pensadas de forma associada e não como estratégias individuais, ou seja, a conversão da produção (menor uso de insumos, produção agroecológica, etc), deve ser associada à verticalização da produção, a construção de canais alternativos de venda, e a valorização do meio rural a partir de outros bens e serviços que pode fornecer (multifuncionalidade do meio rural). Não parece que individualmente elas possam apresentar efeitos expressivos.

Outra importante consideração relaciona-se a condição de *experiências*, algumas espontâneas como apresentado por Wilkinson e outros autores, a partir da qual estas estratégias têm se efetivado. Assim mesmo que estas experiências apresentem resultados positivos no que se refere à construção de novas metodologias de ação programada, principalmente aquelas que focam o desenvolvimento de condições para a participação popular, à construção de novos formatos produtivos (produção ecológica de alimentos, agroindustrialização artesanal, valorização da biodiversidade para como matéria-prima para artesanatos, cosméticos, etc) e o desenvolvimento de novas formas de organização no meio rural (novas propostas para o cooperativismo, economia solidária, redes de circulação de produtos e informações, etc), a ação localizada em *experiências*, que abrangem um número relativamente pequeno de famílias, impede que seus resultados impliquem em conseqüências positivas para a *crise da reprodução social* das formas familiares de produção no meio rural, conseqüência última do modelo de desenvolvimento urbano-indústrial implantado no Brasil a partir dos anos 60.

A verticalização da produção através da agroindustrialização e o estabelecimento de formas organizacionais autônomas, capazes de agregar valor à produção primária são estratégias que não pode ser negligenciada quando se pretende promover o desenvolvimento rural. Principalmente quando essa verticalização possa seguir caminhos que levem à produção de produtos com qualidades específicas. Como salienta Wilkinson, este é um mercado em rápido crescimento e a agricultura familiar tem plenas condições e atributos favoráveis para se inserir dinamicamente nele.

Entretanto, a impressão que se tem é que Wilkinson dá muita ênfase a verticalização da produção, isto é, aos fatores econômicos, deixando de prestar atenção em outras questões que são básicas e fundamentais para promover o desenvolvimento rural. Assim, por exemplo, para que os agricultores verticalizem sua produção, de forma individual ou coletiva, além do acesso ao capital financeiro é imprescindível um mínimo de ativo humano e social. Como a literatura já tem mostrado, em geral são os agricultores mais pobres financeiramente, justamente os que também tem maior carência de capital humano e social. Portanto, pensar na agroindustrialização comandada pelos agricultores sem, de forma concomitante, dotá-los do mesmo nível de ativos, é promover uma corrida desigual.

Desta forma a ação do Estado, em seus diversos níveis, através de políticas de grande abrangência, como crédito, assistência técnica, educação no meio rural, infra-estrutura, ações de regulamentação, etc, continua sendo fundamental. Sem uma ação programada do Estado, e diante do fortalecimento do papel do mercado, quem irá beneficiar-se com as possibilidades do novo contexto, será o médio e grande produtor, como já vem acontecendo nas estratégias de verticalização da produção e de produção orgânica (agronegócio orgânico).

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BUAINAIN, A.M; ROMEIRO, A.R. E GUANZIROLLI, C. Agricultura Familiar e o novo mundo rural. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.10, 2003, p.312-47.

GEHLEN, I. Pesquisa, tecnologia e Competitividade na agropecuária brasileira.In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 70-93

GOODMAN, D. et al. **Da lavoura às biotecnologias:** agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LONG, Norman. From paradigm lost to paradigm regained? The case of an actor oriented sociology of development. In: LONG, N. and LONG, A. **Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London and New York: Routledge, 1992.

MARSDEN, T. The reconstitution of locality: technology and labor in modern agriculture. In:MARSDEN, T. et al. **Labour and locality:** uneven development and the rural labor process. London: David Fulton Publishers, 1992. p.19-43.

MEDAETS J.P. e FONSECA M.F. de A.C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília / 2005. NEAD Estudos 8.

MIOR. L.C., **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó/SC: Editora ARGOS, 2005.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol.16, n.44, 2001.p.83-100.

PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: HANN, H. & PLOEG, J. D. van der (Ed.). **Endogenous regional development in Europe: theory, method and practice**. Luxembourg: Office for official publications of the european communities, 1994, p. 7- 29.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Ed**.). Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la piqueta, 1992a, p. 163-195.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia e agricultura familiar**. 5.ed. Florianópolis: 2003.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Doutorado em Sociologia – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, 2003, p. 62-87.

_____. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002, p.805-824.

_____. Agricultura Familiar e Mercados Velhos e Novos. **In: Seminário Regional Meio Ambiente e Mercado: desafios e perspectivas para o Nordeste.** Natal, 19 a 21 de junho de 2000. Anais ... p. 25-29.

_____. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, V.1, n.3, jul/set.2000, p. 21-30.

_____ . Da Ditadura da Oferta à Democracia da Demanda. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, p. 260-278, 2000.

_____. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.13, 1999, p. 29-45.

_____. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. In: **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v.20, n.2, 1999, p.64-80.

_____. **Cadeias produtivas para a agricultura familiar.** Florianópolis, UFSC, 27 de mai. 1998. Porto Alegre, UFRGS, 13 mar. 1991. Palestra proferida pelo professor John Wilkinson, dentro da programação do III Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção.

_____. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de janeiro, n.8, 1997.

_____. Sociologia econômica e agricultura. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.6, 1996, p. 81-90.

_____. Mercosul e globalização: novos padrões de concorrência agroalimentar. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.7, 1996, p. 90-112.

_____. Integração regional e o setor agroalimentar dos países do mercosul: a produção alimentar na encruzilhada. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n.1, 1996, p.155-184.

_____. Ajustamento a um sistema agroalimentar orientado para a demanda: novos rumos para a inovação biotecnológica. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n.1, 1993, p.332-348.

_____. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** Bahia: Editora Hucitec, 1986.